

Joana Galvão Teles

Árbitra internacional



Joana Galvão Teles é advogada em diversas arbitragens domésticas e internacionais (institucionais, CAC-CCIP, CCI, entre outros, e *ad hoc*) e/ou aconselhando clientes em fase pré-litigiosa ou contratual e/ou contencioso judicial associado a arbitragem, com particular incidência em arbitragens internacionais relacionadas com os países de língua portuguesa, incluindo Portugal, Angola, Moçambique, Timor e Brasil e em litígios comerciais e contratuais em diferentes setores de atividade, tais como construção, infraestruturas, energia, societário, etc, com sedes de arbitragem localizadas em diferentes países (Lisboa, Luanda, Maputo, São Paulo) e ao abrigo de diferentes direitos aplicáveis (direito português, direito angolano, direito moçambicano, direito brasileiro, entre outros).

Atua também como árbitra em arbitragens domésticas e internacionais, institucionais (CAC-CCIP, CCI), com sedes em diferentes países e à luz de direitos aplicáveis distintos. É Sócia na *Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados*, Sociedade de Advogados, SP, R.L., onde trabalha desde 2005, integrando o Departamento de Contencioso e Arbitragem e a equipa de arbitragem internacional. É vogal do Conselho do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, desde 2022, vogal da Comissão de Gestão do Concórdia – Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos e Arbitragem, desde 2019 e Membro do Conselho de Deontologia da Associação Portuguesa de Arbitragem desde 2019. É, também, Professora Convidada na *Nova School of Law*, lecionando na licenciatura diferentes cadeiras em cada ano, desde 2024-2025, e co-coordenadora do centro de conhecimento *Nova Dispute Resolution Fórum* (NDRF), tendo a seu cargo a área de arbitragem comercial, desde 2024-2025. Além disso, tem organizado e participado, como docente ou como oradora, em diversos cursos, conferências, discussões, iniciativas de formação, promoção e desenvolvimento da arbitragem em diversos países, desde Portugal, a Angola, Moçambique, Brasil, França e, também, São Tomé.

Além de formada em Direito e de ter frequentado diversos cursos em arbitragem, é doutorada em Direito na *Nova School of Law*, tendo publicado a tese intitulada "*Renúncia a direitos fundamentais processuais na arbitragem: o caso particular do direito a requerer a anulação da sentença arbitral na arbitragem internacional*", em 2025. Frequenta, atualmente, a *ICC Advanced Academy Western Europe* (2025-2026), que teve lugar em Bruxelas, Madrid, Paris e Londres, faltando terminar os últimos workshops em Milão, em arbitragem internacional CCI.

Tem diversas publicações em arbitragem, tais como: *"Podem as partes renunciar validamente à tutela cautelar na convenção de arbitragem ou noutra acordo subsequente no processo arbitral?"* (publicado in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, Vol. XVII, Almedina, 2022, pp 237-333); *"A Reforma Europeia dos Tratados Bilaterais de Investimento: quais as consequências práticas pós-Achmea?"* (publicado in Revista de Arbitragem e Mediação brasileira, ano 18, 68, 2021, pp. 305-320); *"Como conduzir o processo arbitral: parar, olhar, escutar...e avançar!/How to conduct the arbitral proceedings: stop, look, listen...and go!"* (publicado in <https://lisbonarbitration.mlgts.pt/>, em 2018); *"Arbitration in Mozambican Law"* (publicado in Spain Arbitration Review, Revista del Club Español del Arbitraje, n.º 24/2015, pp. 105-110); *"Res Judicata in Arbitration"* (publicado in VII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Almedina, 2014, pp. 169-180); *"Arbitrabilidade dos Litígios em Sede de Invocação de Excepção de Preterição do Tribunal Arbitral Voluntário"* (publicado in Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem, coordenado por Mariana França Gouveia e editado por João Pinto-Ferreira, Almedina, 2011). Fluente em português e inglês, tendo conhecimentos básicos de francês e espanhol.